

Universidade e desenvolvimento local: o caso da UNIPAMPA

Aline Correa de Los Santos

Alessandra Troian

Alexandre Troian

Resumo

A educação superior assume importante papel no processo de desenvolvimento na medida em que contribui para uma maior interação entre os atores locais. O presente estudo objetiva analisar a contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento local. Para tanto foram analisados projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento, nos cinco anos entre 2014 e 2018. Os projetos estão disponíveis junto ao Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE). A pesquisa é qualitativa e as técnicas utilizadas foram revisão de literatura e análise documental. Os resultados mostram que a UNIPAMPA, por meio de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, realizou 116 ações de extensão no período analisado. Destaque-se que 48% foram categorizadas na área da educação. As ações de extensão desenvolvidas pela UNIPAMPA têm contribuído no processo de desenvolvimento regional, sobretudo, no que se refere à educação e à difusão de conhecimento, à melhora da qualidade de vida e ao bem-estar social, à cooperação, à valorização da cultura e à identidade local.

Palavras-chave | Comunidade; desenvolvimento local; extensão; UNIPAMPA; Universidade.

Classificação JEL | I23 I25 R11

University and local development: the case of UNIPAMPA

Abstract

Education through university plays an important role in the development process as it contributes to greater interaction among local actors. In this sense, the study aims to analyse the contributions of university extension projects to local development. To this end, the extension projects developed by the Federal University of Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento, in the last five years (2014 to 2018), obtained through the Information System of Research, Teaching and Extension Projects (SIPPEE), were analyzed. Methodologically, the research is qualitative and the techniques used were: literature review and documentary analysis. It was observed that UNIPAMPA, through the different undergraduate and graduate courses, carried out 116 extension actions in the analyzed period, among the

actions it is worth mentioning that 48% were categorized in the education area. The extension actions developed by the university have contributed to the process of regional development, especially in what concerns education and knowledge diffusion, improvement of life quality and social welfare, cooperation, valorization of culture and local identity.

Keywords | Community; extension; local development; UNIPAMPA; University.

JEL Classification | I23 I25 R11

Universidade y desarrollo local: el caso de UNIPAMPA

Resumen

La educación superior desempeña un papel importante en el proceso de desarrollo, ya que contribuye a una mayor interacción entre los agentes locales. El presente estudio tiene por objeto analizar la contribución de la extensión universitaria para el desarrollo local. Para ello se analizaron los proyectos de extensión desarrollados por la Universidad Federal de la Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento, en cinco años entre 2014 y 2018. Los proyectos están disponibles bajo el Sistema de Información de Proyectos de Investigación, Enseñanza y Extensión (SIPPEE). La investigación es cualitativa y las técnicas utilizadas fueron revisión de literatura y análisis documental. Los resultados muestran que la UNIPAMPA, por medio de los diferentes cursos de pregrado y postgrado, realizó 116 acciones de extensión en el período analizado. Se destaca que el 48% se clasificó en el área de la educación. Las acciones de extensión desarrolladas por la UNIPAMPA han contribuido al proceso de desarrollo regional, especialmente en lo que se refiere a la educación y a la difusión de conocimiento, el mejoramiento de la calidad de vida y el bienestar social, la cooperación, la apreciación de la cultura y la identidad local.

Palabras clave | Comunidad; desarrollo local; extensión; UNIPAMPA; Universidad.

Clasificación JEL | I23 I25 R11

Introdução

A educação é extremamente relevante no processo de desenvolvimento das nações na medida em que contribui para o resgate dos espaços locais visando melhora nas condições de vida dos seres humanos (DOWBOR, 2009). A universidade, por meio da educação, auxilia na mudança das condições socioeconômicas do local onde está inserida. Dessa forma, a universidade, via ensino, pesquisa e extensão é capaz de identificar as necessidades de formação acadêmica, bem como as demandas da sociedade e dos demais setores locais (GOEBEL; MIURA, 2004). A universidade ainda é responsável por gerar conhecimentos multiplicadores capazes de formar ciclos de produção científica que ficam à disposição da comunidade e das empresas (JUNIOR, 2014).

No Brasil, a preocupação com o ensino superior começou em meados dos anos 1930 quando o projeto de modernização econômica promulgou um conjunto de medidas legais para a construção de um projeto universitário. No entanto, somente nos anos 2000 foi que o ensino superior se popularizou, quando uma parcela significativa da população teve acesso à universidade por meio da política de democratização e descentralização do ensino (JUNIOR, 2014).

A política de democratização do ensino superior foi implantada em 2007 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)¹, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril via Decreto nº 6.096/2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (REUNI, 2007). O programa Reuni foi destaque nas políticas do governo federal a partir do discurso de expansão e democratização do ensino superior no Brasil. Um dos objetivos do programa foi atribuir às universidades federais condições essenciais para que se ampliasse o acesso e permanência no ensino superior público. Com isso contribuem para que milhares de brasileiros tenham acesso à universidade e auxiliem no estímulo ao desenvolvimento local (REUNI, 2007; JUNIOR, 2014).

De acordo com Silva e Castro (2014), a adoção de políticas educativas de fomento à expansão do ensino superior pode ser evidenciada em três tendências distintas: a) privatização do ensino; b) uso da modalidade a distância; e c) reestruturação das universidades públicas federais. O processo de expansão das universidades públicas federais foi estabelecido com base em pressupostos que contemplavam, por um lado, a racionalização da estrutura física e humana já existente e, por outro, fomentava a construção de novos espaços físicos, contratação de técnicos e docentes, ampliação do número de vagas e matrículas para discentes (SILVA; CASTRO, 2014).

Neste contexto, reconhecendo o papel que a universidade assume no processo de desenvolvimento local, em 11 de janeiro de 2008 a lei N. 11.640 criou a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O Projeto Institucional (PI) da UNIPAMPA prevê o comprometimento e a integração da organização institucional com os atores locais visando o desenvolvimento da região Sul do estado do Rio Grande do Sul (PI, 2009)². A implantação da Universidade Federal do Pampa se deu em 10 campi, distribuídos nos 10 municípios da metade sul do estado. Com sede em Bagé, estende-se pelos municípios de Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

A região, que chegou a ocupar posição de destaque na economia gaúcha, atualmente se encontra em regime de estagnação. Desde meados dos anos 1990 a metade sul

¹ Partido dos Trabalhadores (PT), na coligação composta pelo PT, PL, PCdoB, PPS, PDT, PTB e PSB.

² Em setembro de 2021 a Unipampa fez 15 anos.

do Rio Grande do Sul (RS) tem perdido posições de relevância em relação a outros territórios do estado. Entre os principais fatores que condicionam este cenário pode-se citar o processo de desindustrialização relativa da região, aliado à distância geográfica de grandes centros e ao limite imposto pela logística de distribuição de bens e serviços, declínio populacional e da mão de obra. (ALONSO, 2003; PI, 2009; FLECK, 2012).

Neste sentido, o presente estudo visa analisar a contribuição dos projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, no desenvolvimento local. Estudar as contribuições da UNIPAMPA no processo de desenvolvimento é relevante, uma vez que a instituição de ensino foi criada com a intenção de melhorar os índices de desenvolvimento da metade sul do RS e possui 11 anos (PI, 2009). O interesse pelos projetos de extensão se justifica na medida em que, como atividade prevista no Projeto Institucional (2009), visa aproximar o campus universitário e a sociedade para contribuir com o desenvolvimento local. Para alcançar o objetivo do presente estudo foi utilizado o método indutivo. Os dados foram analisados por meio da análise de categorias, considerando os projetos desenvolvidos no período de 2014 a 2018.

Noções de desenvolvimento: o caminho até o desenvolvimento local

O desenvolvimento econômico, apesar de ser o objetivo central das nações desde a revolução capitalista, quando passou a se discutir a acumulação de capital bem como a produtividade dos fatores, surge como área de pesquisa nos anos 1940 após a Segunda Guerra Mundial (BRESSER-PEREIRA, 2008; BIANCHI, 2007). Para Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento econômico é visto como sinônimo de crescimento, já que o aumento da renda *per capita* ocasiona modificações na estrutura econômica e social, contribuindo para uma melhora nas condições de vida. Dessa forma, segundo o autor, a distinção entre o conceito de desenvolvimento econômico e crescimento é própria a casos particulares, no qual a renda *per capita* aumenta sem afetar profundamente a sociedade.

Nesse sentido, alguns modelos de desenvolvimento econômico assumem que o crescimento econômico afeta outras estruturas, não somente a econômica, gerando efeitos benéficos para grande parte da população por meio de seu efeito de transbordamento. Porém, somente o crescimento econômico não é capaz de restringir a desigualdade social e a pobreza, mesmo que a renda assuma papel significativo nas condições de vida dos indivíduos ela precisa ser mais bem distribuída entre a população (MALUF, 2000).

A partir da década de 1970, os debates acerca da distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento começaram a ganhar força, quando se associa ao conceito de desenvolvimento objetivos sociais e éticos enquanto se restringe o crescimento

econômico apenas a um dos instrumentos possíveis para o desenvolvimento. Embora por vezes o crescimento econômico seja considerado um dispositivo para o desenvolvimento, ocasionalmente, quando passava a privilegiar determinada parcela da população, acarreta a ampliação das desigualdades sociais (SACHS, 2008a; PROENÇA, 2016). Inclusive, em um extremo, o desenvolvimento enquanto novo paradigma afasta a proximidade conceitual do crescimento, podendo ser conduzido de forma oposta, numa perspectiva do decrescimento (GEORGESCU-ROEGEN, 1971; DAILY, 1996; LATOUCHE, 2009).

Ao passo que surgem novas críticas à noção de desenvolvimento econômico, são conhecidos os limites das políticas e dos projetos de desenvolvimento das nações, que são utilizados como meio de se chegar à “emancipação” socioeconômica delas. Com isso, os debates acerca do desenvolvimento e a busca por meios de alcançar esse objeto começaram a se intensificar. A ideia de desenvolvimento como resultado de modificações econômicas, políticas, humanas e sociais tem assumido relevante papel neste debate (MALUF, 2000; OLIVEIRA, 2002).

Dentro das modificações humanas, encontra-se o fato de que o desenvolvimento precisa estar relacionado com a melhora da qualidade de vida e do grau de liberdade do indivíduo. O grau de liberdade, segundo Sen (2000), está relacionado aos direitos civis básicos dos indivíduos (alimentação, moradia e educação), a participação política, e a liberdade de expressão. Assim, fica evidente que a noção de desenvolvimento econômico vem se transformando juntamente com a sociedade, ao passo que há necessidade de soluções para novos problemas enfrentados pelo mundo. Como no final do século XX, quando surge a preocupação com o meio ambiente, a partir da consciência de que o capital da natureza é limitado e que as agressões ao meio ambiente acarretam consequências para a população (BARQUERO, 2007; SACHS, 2008b).

Embora o discurso do novo paradigma (pautado no desenvolvimento e não no crescimento), que se iniciou nas últimas décadas do século XX, apresente deficiência nos apontamentos teóricos e, às vezes, ambiguidades dedutivas, é possível concordar com Mendes (2009), ao identificá-lo em ações que procuram melhorar a qualidade de vida, o respeito às pessoas e sua cultura, paz, justiça nos direitos e deveres, conservação do meio ambiente, manutenção da biodiversidade, entre outras preocupações.

Devido à magnitude atribuída às consequências da degradação do meio ambiente em distintas esferas da sociedade (ciência, política, economia, cultura, artes, mídia etc.), na contemporaneidade surge a noção de desenvolvimento sustentável, na qual se visa a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente durante o processo de desenvolvimento. A perspectiva destaca a relevância em preservar os recursos naturais para que eles estejam disponíveis no futuro, para as próximas gerações poderem usufruírem nas mesmas condições que as atuais. Dentro disso é essencial

que o desenvolvimento seja pautado em três princípios básicos: econômico, ambiental e social (BARBOSA, 2008; OLIVEIRA, 2002).

A partir de 1973, de acordo com Carrière e Cazella (2007), diante da crise do modelo de desenvolvimento baseado na produção e no consumo em massa, surge a abordagem territorial. Como unidade de desenvolvimento, cada território dispõe de especificidades que não são transferíveis. Dessa forma, as condições financeiras e técnicas que geram desenvolvimento em um território não geram em outro por conta da realidade complexa que há em cada um deles (CARRIÈRE; CAZELLA, 2007).

Conforme as noções e ideias acerca do desenvolvimento surgem, novas concepções passam a ser discutidas, como é o caso da ideia do desenvolvimento humano. Esta noção passa a ser discutida a partir do momento em que surge a questão de como as pessoas estão sendo afetadas com o crescimento econômico, se os incrementos na renda estão sendo utilizados para melhorar o bem-estar da população (OLIVEIRA, 2002). Diante desse contexto, após relatórios publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como o conceito de desenvolvimento humano, passam a ser conhecidos e a exercer influência sobre a prática de desenvolvimento econômico mundial (MACHADO; PAMPLONA, 2008).

A existência de disparidades regionais nas diferentes concepções de desenvolvimento, que são atribuídas ao sistema capitalista globalizado, mostra a importância das reflexões acerca das noções de desenvolvimento que são necessárias para encontrar possíveis soluções para o problema da desigualdade social (SANTANA, SANTANA e GOMES, 2008). Nesse sentido, de acordo com Barquero (2000), em meados dos anos 1980 ocorreu uma mudança na política econômica quando os atores locais – em resposta ao fechamento de empresas e ao processo de desindustrialização – desenvolveram ações visando influenciar os processos de crescimento das economias locais. Com isso, emerge a noção de desenvolvimento local que visa vencer os desafios enfrentados com o advento da globalização, como por exemplo, enfrentar os altos índices de desemprego e a desigualdade social (LOPES, 2001).

Para Dowbor (2006), ao passo que a globalização avança, os indivíduos se preocupam com o desenvolvimento local, e, desta forma, têm investido em iniciativas voltadas para o resgate dos espaços locais em vista da melhora na qualidade de vida. Mesmo considerando a importância dos reflexos do processo de globalização, e a qualidade de vida das comunidades dependem fundamentalmente de ações pontuais e localizadas. Neste sentido, a seção a seguir abordará as características intrínsecas ao desenvolvimento territorial.

Desenvolvimento local: a importância da educação e dos atores sociais

De acordo com Albagli (2006), o desenvolvimento local pode ser considerado como desenvolvimento endógeno na medida em que os atores locais desenvolvam suas próprias estratégias visando a transformação do local e sejam capazes de exercer controle sobre o processo. Isso permite que a localidade não seja apenas receptora passiva de estratégias externas, mas, sim, partilhe de estratégias internas. O desenvolvimento endógeno é visto como um processo intenso de agregação de valor à produção e aumento da capacidade de absorção local em prol do crescimento econômico, onde a presença da acumulação de capital, da tecnologia e dos atores locais, é essencial (AMARAL FILHO, 2001; BARQUERO, 2000).

Para Silva e Silva (2019), na ideia de desenvolvimento local estão presentes aspectos relacionados à governança local, à sociedade civil, às organizações do terceiro setor e às organizações em rede. Outro aspecto considerado pelos autores é a forma como os atores locais contribuem para o desenvolvimento, como encaram suas relações para melhora da qualidade de vida da comunidade. Os atores locais interagem trocando conhecimentos, fazendo com que os espaços se modifiquem a partir das relações construídas, da presença de cooperação e de iniciativas em prol do desenvolvimento. A interação entre os sujeitos e as unidades locais reflete num processo permanente e dinâmico, que envolve os sistemas físicos, bióticos e socioeconômico, de modo que os indivíduos se identificam e se apropriam do espaço formando raízes e perpetuando o conhecimento da identidade local (BARQUERO, 2000; MARTINS, 2002).

De acordo com Dowbor (2006), uma significativa mudança vem ocorrendo no processo de desenvolvimento. Para o autor, tal alteração está atrelada ao fato de a comunidade estar observando que é capaz e responsável pela mudança econômica e social a partir da dinâmica social local, sem depender exclusivamente de investimentos externos. Nesse sentido, Dowbor atribui à educação um papel importante durante o processo de desenvolvimento local. Cabendo à educação a função de formadora de pessoas que em breve participem ativamente de atividades, sendo capazes de modificar seu entorno. Uma vez que é a partir da educação se compreende de que maneira os conhecimentos gerais podem ser utilizados em ações que venham a beneficiar e modificar o ambiente local (DOWBOR, 2006).

Dentre os aspectos existentes no processo de desenvolvimento, Kashimoto, Marinho e Russeff, (2002) assumem que a cultura popular é um fator significativo para o desenvolvimento local, já que é resultado das relações entre a comunidade e seu entorno. Essas relações demonstram um certo grau de afeição da comunidade com a sua localidade, permitindo que se conheça a sua identidade. Dessa forma, segundo os autores, a valorização cultural local possibilita que a comunidade fortaleça sua autoestima e desenvolva seu entorno por meio da criatividade e de seus valores.

Nesse sentido, é importante que a comunidade conheça de maneira profunda a cultura de sua localidade a fim de que seja a protagonista do processo de desenvolvimento local, vendo a cultura como um instrumento eficaz para chegar a este objetivo. Para isso, é necessário que a comunidade tenha acesso à educação de qualidade para valorizar os costumes e resgatar as memórias culturais do local em vista da elevação da identidade e da autoestima (KASHIMOTO, MARINHO e RUSSEFF, 2002). Assim, no processo de desenvolvimento é essencial que as escolas interajam com distintos espaços de aprendizagem local, como os proporcionados pelas universidades, e busquem parceiros atuantes *in loco*, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições e setores públicos, a fim de criar parcerias transformadoras (DOWBOR, 2006).

Outro papel que a comunidade assume enquanto indutora do processo de desenvolvimento se refere ao conhecimento das especificidades locais. Os espaços possuem características próprias, seus recursos naturais e sua cultura. Conhecer essas particularidades por parte da comunidade favorece o desenvolvimento de iniciativas específicas voltadas para solucionar os problemas locais (DOWBOR, 2006).

Segundo Barquero (2007), a interpretação acerca do desenvolvimento endógeno deixa clara a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Durante o processo de desenvolvimento não ocorrem mudanças que aumentam as magnitudes econômicas, mas, sim, acontecem transformações em todos os mecanismos de desenvolvimento, mostrando como a interação destes mecanismos ocasionam o surgimento de rendimentos crescentes. O desenvolvimento endógeno é uma noção que trata do aumento da produtividade e, por consequência, da competitividade em um mundo globalizado. Porém, ela não relaciona os sistemas produtivos locais diretamente ao mercado internacional (BARQUERO, 2007).

Martins (2002) afirma que o desenvolvimento local não consiste em um conjunto de medidas padronizadas que possam ser aplicadas em todos os lugares, mas, sim, age estrategicamente a partir de princípios ecológicos e humanistas. A difusão do conhecimento e da inovação, por parte dos atores locais, é fundamental no processo de desenvolvimento. Dessa forma, é necessário conhecer as especificidades e o potencial de cada localidade a fim de realizar ações voltadas para um desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2007; LOPES, 2001). O conhecimento adquirido a partir da observação e absorção da realidade local é importante também como vantagem competitiva, já que as especificidades e características dos locais podem ser vistas como diferencial (ALBAGLI, 2006).

A compreensão de que a inovação é relevante para o desenvolvimento local faz surgir a importância da universidade como geradora de inovações e, por consequência, como meio de alcançar o desenvolvimento. O impacto da universidade no desenvolvimento socioeconômico local de pequenas ou médias cidades depende da relação que esta instituição tem com a comunidade. Quanto

mais orgânica a relação entre universidade e comunidade, maiores serão as transformações socioeconômicas locais (ROLIM, 2006; SILVA; SILVA, 2019).

Uma maneira de a universidade e a comunidade interagirem se dá por meio dos projetos de extensão. De acordo com Fleck (2012), as pesquisas realizadas pela instituição com a comunidade local podem resultar na criação de projetos de extensão que busquem solucionar as demandas socioeconômicas da localidade e criem propostas que orientem ações rumo ao desenvolvimento. Considerando a discussão realizada acerca da noção de desenvolvimento local, o Quadro 1, apresenta a síntese das principais características do processo de desenvolvimento local retratada por um conjunto de especialistas no tema.

Quadro 1 – Síntese das principais características do desenvolvimento local

Características do desenvolvimento local	Autores/referências								
	Barquero (2007)	Martins (2002)	Dowbor (2006)	Kashimoto, Marinho e Russeff (2002)	Albagli (2006)	Lopes (2001)	Marteleteo e Silva (2004)	Silva e Silva (2019)	Amaral Filho (2001)
Atores locais engajados	X	X	X		X			X	
Conhecimento da identidade local		X	X	X	X	X			
Capital social	X	X					X		
Cooperação	X						X		
Educação de qualidade			X	X					
Difusão do conhecimento	X					X			
Inovação	X								X
Valorização da cultura		X		X					
Aumento da produtividade	X								
Investimento em infraestrutura	X								
Aumento do bem-estar		X							
Resgate dos espaços locais			X						

Fonte: Elaboração própria com base na bibliografia consultada.

O quadro síntese apresenta as principais características do desenvolvimento local, o qual de acordo com os estudiosos enfatiza a presença e participação dos atores sociais locais, o conhecimento e o reconhecimento da identidade local, a partir da educação, do fortalecimento do capital social e da valorização cultural. Ainda, para haver desenvolvimento se faz necessário investimento em infraestrutura, inovação e aumento da produtividade, tudo isso por meio de processos cooperativos. Para

tanto, visando responder aos objetivos do estudo, o item a seguir apresentará a metodologia adotada.

Metodologia

O estudo possui abordagem qualitativa, definida como o enfoque que visa compreender determinado grupo social, instituição, entre outros, sem o aprofundamento numérico (GOLDENBERG, 2004). As técnicas utilizadas foram pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica compreende bibliografias públicas relacionadas ao tema de estudo, e é utilizada com o intuito de colocar o pesquisador frente ao que já foi dito sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2009). Foram utilizadas bibliografias que tratam do desenvolvimento e do papel da universidade, bem como do extensionismo no processo de desenvolvimento local.

A pesquisa documental compreende a coleta de dados por meio de fontes primárias não tratadas (MARCONI; LAKATOS, 2009). Os documentos utilizados no presente estudo foram o Projeto Institucional (PI, 2009) e os projetos de extensão dos últimos cinco anos (2014-2018), coletados através do Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE), ambos da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

A coleta de dados se deu através do portal do SIPPEE, disponibilizados pela Comissão Local de Extensão³, no dia 19 de junho de 2019. Os dados foram analisados por meio da análise de categorias, definida por Bardin (1977) como classificação de texto em categorias, por meio de reagrupamentos analógicos.

O conteúdo dos projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes, discentes e técnicos em assuntos estudantis da UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, foi agrupado a partir de seis categorias: social, econômica, ambiental, política, cultural e educacional. A seleção das categorias se deu baseada em Barquero (2007).

Os resumos de cada projeto de extensão foram lidos visando identificar as ações realizadas. A partir disso, as propostas foram interpretadas agrupando cada ação de extensão nas categorias delimitadas. Destaca-se que no período analisado foram realizadas 116 ações, as quais a partir do agrupamento/categorização, tornaram-se 148 ações. A seguir, as ações foram confrontadas com o que a literatura considera como desenvolvimento local, visando averiguar de que forma as ações da

³ A Comissão Local de Extensão tem a finalidade de planejar e avaliar as atividades de extensão do campus, preservando a articulação entre extensão, ensino e pesquisa. De acordo com o Art. 95 do Regimento da UNIPAMPA, as competências de sua coordenação são definidas em regimento interno, a partir do que é estabelecido pela Comissão Superior de Extensão e pelo Regimento Geral da instituição. Os dados oriundos dessa comissão são confidenciais.

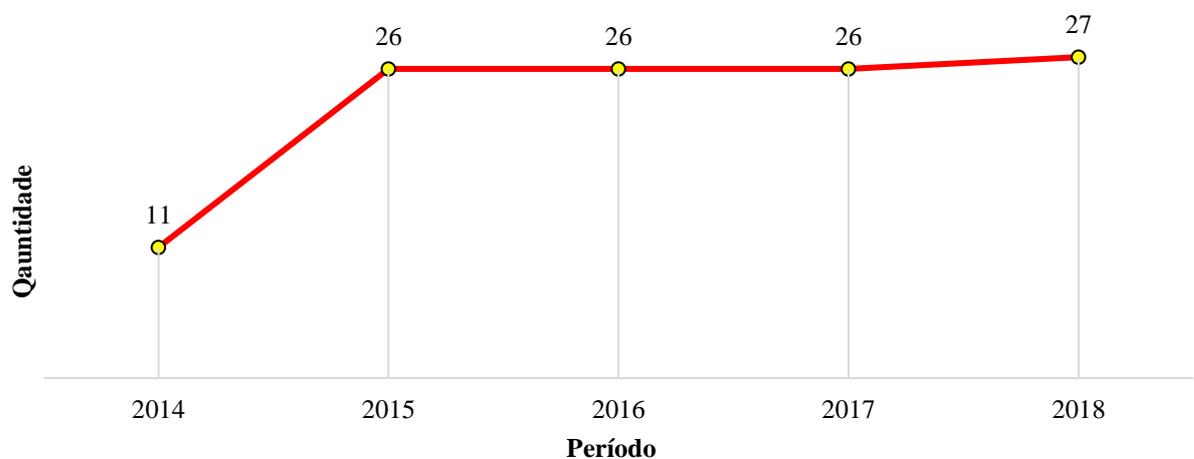
UNIPAMPA se relacionam com o desenvolvimento do município, as quais serão apresentadas na seção a seguir.

Extensão e desenvolvimento: a UNIPAMPA no desenvolvimento de Santana do Livramento

A Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, durante o período de 2014 a 2018 registrou no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE) 116 ações de extensão, das quais, em 2014, foram realizadas 11, em 2015, 2016 e 2017 ocorreram 26 ações em cada ano e, em 2018, aconteceram 27.

As ações de extensão realizadas pela instituição dividem-se entre projetos, cursos, eventos e programas. Nos últimos cinco anos foram desenvolvidos 66 projetos, oito cursos, 39 eventos e três programas. Dessa forma, a Figura 1 apresenta a quantidade de projetos, cursos, eventos e programas desenvolvidos na instituição, durante o período em análise. É possível observar aumento de 2,4 vezes nas ações de extensão de 2014 para 2015. No entanto, de 2015 para 2018 percebe-se que as atividades se mantiveram constantes. No ano de 2014 foram desenvolvidos nove projetos, em 2015, 15; em 2016, 17 projetos; em 2017, 14 projetos; e em 2018, 11 projetos. Os projetos englobam aspectos educacionais, proporcionando conhecimento à comunidade local, contribuindo para o diálogo e integração com os atores locais e, possibilitando também um ambiente de fomento e valorização da cultura (BARQUERO, 2000; KASHIMOTO, MARINHO e RUSSEFF, 2002).

Figura 1 – Ações de extensão desenvolvidas na UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, 2014 a 2018



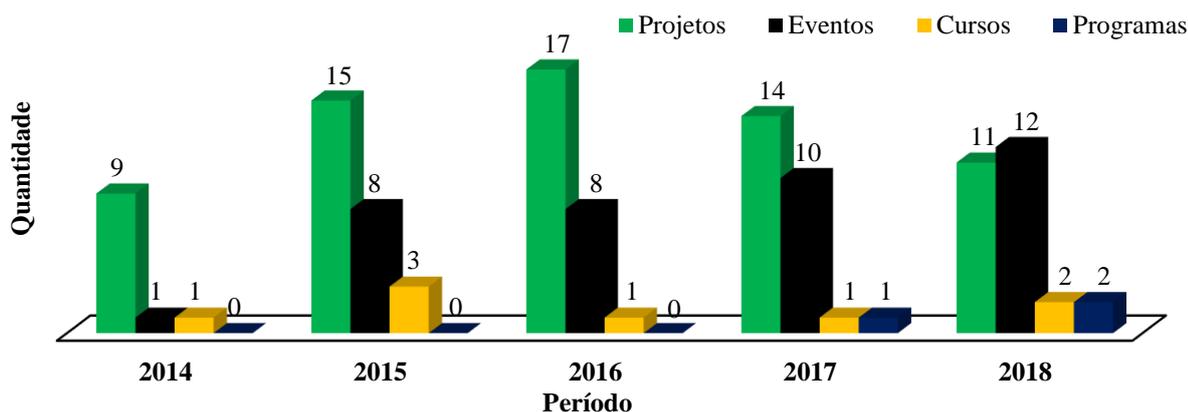
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIPPEE.

No âmbito dos cursos desenvolvidos durante o período de análise, nos anos de 2014, 2016 e 2017, foi registrado um em cada ano, em 2015, três, e em 2018, dois. O período de duração dos cursos não ultrapassou um ano, eles variaram de períodos curtos, como um ou dois dias, até nove meses. Os cursos proporcionam a capacitação da comunidade em geral, cujos conhecimentos adquiridos podem ser utilizados em prol do desenvolvimento do município e da região. Eles também buscam, a partir de uma perspectiva cultural, fomentar a inclusão e a igualdade (DOWBOR, 2006; MARTINS, 2002).

Com relação aos eventos, em 2014 foi realizado um, em 2015 e 2016 aconteceram oito em cada ano, em 2017, 10, e em 2018, 12. Os eventos compreendem a realização de seminários, palestras, rodas de conversas sobre temas atuais e do cotidiano e mostras de trabalhos desenvolvidos pela instituição que, a partir da relação com a comunidade e os atores locais, segundo Barquero (2000), permitem a interação e a troca de experiências.

Já com relação aos programas de extensão, foram realizados dois em 2018 e um em 2017. Do total, no período, somente um vincula-se ao programa de extensão institucional, que é o de educação empreendedora que tem o intuito de propagar a cultura empreendedora no ambiente acadêmico, conforme é possível verificar na Figura 2.

Figura 2 – Projetos, cursos, eventos e programas, desenvolvidos na UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, 2014 a 2018

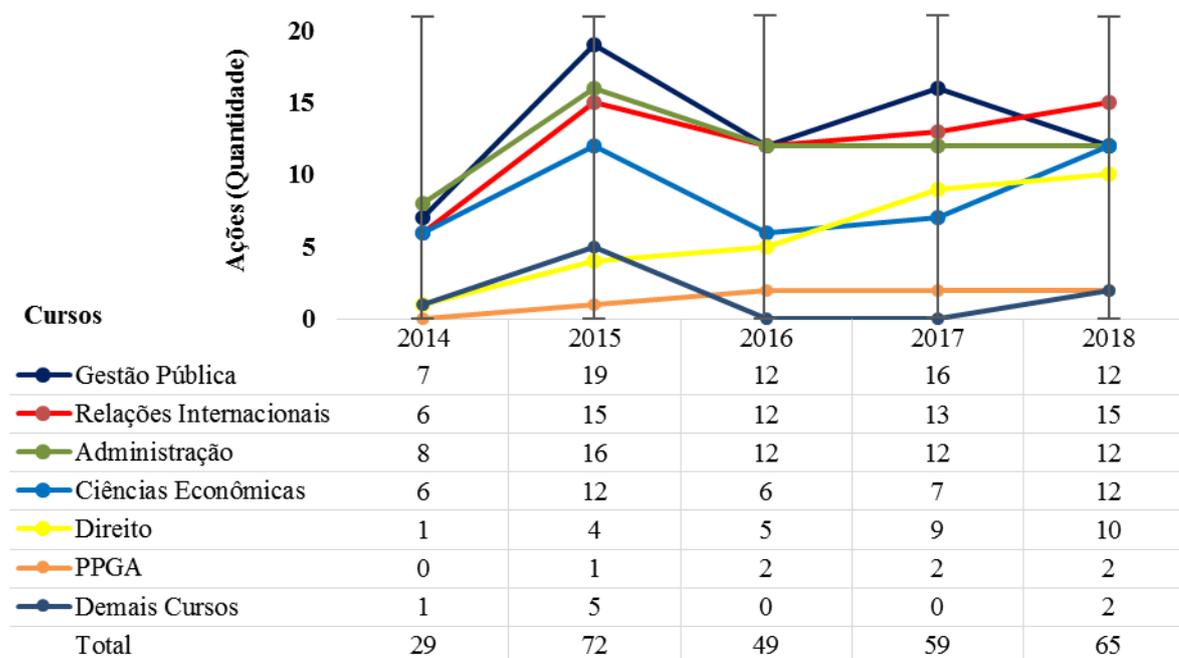


Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIPPEE.

As ações foram desenvolvidas por docentes e servidores técnico-administrativos em educação com a participação de discentes, vinculando-se a cursos de graduação e pós-graduação do Campus de Santana do Livramento bem como demais cursos de graduação e pós-graduação de outros campi da universidade. A Figura 3 apresenta

os cursos que estão vinculados às ações de extensão desenvolvidas na instituição, bem como o número de ações por curso.

Figura 3 – Cursos vinculados às ações de extensão desenvolvidas na UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, 2014 a 2018



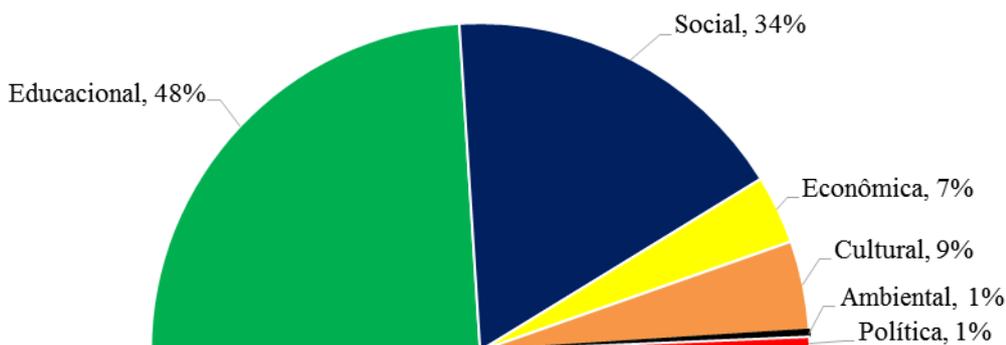
Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIPPEE.

A Figura 3 retrata as ações de extensão realizadas de 2014 a 2018. Neste período, o curso de graduação em Gestão Pública esteve relacionado a 66 ações; Relações Internacionais a 61 ações; Administração (matutino e noturno) a 60 ações; Ciências Econômicas a 43 ações; Direito a 29 ações; e os demais cursos a oito e o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) a sete ações. Cabe salientar que três ações de extensão registradas no SIPPEE, durante o período de 2014 a 2018, não apresentaram vínculo com nenhum curso. Os demais cursos vinculados foram identificados como sendo de graduação e pós-graduação de outros campi da UNIPAMPA, bem como cursos de especialização, do campus de Santana do Livramento, que atualmente não estão em andamento.

Cabe salientar que o curso de Direito foi implantado no segundo semestre de 2015, e por isso, ainda em processo de estabelecimento do quadro docente, possui menos ações de extensão. Já no caso de Administração, que compreende dois cursos, matutino e noturno, este detém o maior número de docentes e de discentes, além de ser o mais antigo do campus, estando em terceiro lugar no que tange às ações de extensão da UNIPAMPA Santana do Livramento.

No que tange a análise de categorias das ações realizadas, as ações de extensão foram agrupadas nas categorias social, econômica, ambiental, cultural, educacional e política. A Figura 4 apresenta o total de ações de extensão, realizadas de 2014 a 2018, classificadas em cada uma das categorias de análise.

Figura 4 – Classificação das ações de extensão desenvolvidas na UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento



Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIPPEE.

Como aponta a Figura 4, das 116 ações de extensão (148 categorias); 71 (48%) foram classificadas como sendo ações de extensão educacionais; 51 (34%) sociais; 13 (9%) culturais; 10 (7%) com viés econômico; duas (1%) com viés político e uma (1%) ambiental. Cabe salientar que algumas ações foram classificadas em mais de uma categoria, por isso o somatório dos valores ultrapassa o número total de ações de extensão desenvolvidas no período.

A categoria na qual as ações de extensão melhor se enquadram é a educacional. A justificada está no fato de que a UNIPAMPA é uma instituição de ensino superior que assume compromisso com a educação. A sua missão primordial é levar conhecimento e educação de qualidade para toda a comunidade (PI, 2009). A categoria social, por outro lado, é a segunda na qual as ações de extensão do Campus Santana do Livramento se enquadram, mostrando que a instituição tem se relacionado com a comunidade local, interagindo e trocando experiências (BARQUERO, 2000).

A terceira categoria na qual há uma predominância das ações é a cultural. Isso evidencia que a instituição possibilita o intercâmbio e a valorização cultural na integração com a comunidade, sendo essa uma possibilidade de definir a identidade local (KASHIMOTO, MARINHO e RUSSEFF, 2002). Vale ressaltar que na categoria cultural, além de ações que visam a valorização da cultura local, encontram-se ações que promovem o intercâmbio cultural.

Ainda, dentre as atividades realizadas pela UNIPAMPA, a categoria econômica é a quarta na qual as ações aparecem, mostrando que o conhecimento gerado pela

universidade é capaz de contribuir para o desenvolvimento dos setores produtivos, auxiliando na alocação eficiente dos recursos (GOEBEL; MIURA, 2004). Já as categorias política e ambiental são as com menor número de atividades de extensão. Ainda assim, a categoria política tem uma ação a mais do que a ambiental. Dessa forma, nas ações de extensão desenvolvidas durante o período considerado na análise, a preocupação com as questões ambientais é mínima. Apesar do entendimento de que é importante que a universidade partilhe de uma educação voltada para questões ambientais, pois o desequilíbrio no ecossistema oriundo da excessiva intervenção dos indivíduos vem ocasionando consequências graves para o meio ambiente (MANÉIA, 2016).

A análise de como as categorias contribuem para o desenvolvimento local, mais precisamente, para o desenvolvimento da região de Santana do Livramento, a partir da presente classificação, mostra que das 116 ações de extensão a maior parte delas (77) vincula-se à educação de qualidade e difusão do conhecimento. O que evidencia a preocupação da instituição em levar o conhecimento desenvolvido pela universidade até a comunidade, como, por exemplo, o projeto Pampeano – Cursinho pré-Enem do Diretório Acadêmico de Relações Internacionais da UNIPAMPA, que permite que a comunidade se prepare para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) a fim de que as probabilidades de ingresso no ensino superior público sejam maiores. Ainda, o projeto Grupo de Aprendizado de Línguas Estrangeiras (Gale), que proporciona cursos de idiomas estrangeiros para a comunidade acadêmica e externa.

Na categoria melhora da qualidade de vida e bem-estar, 15 ações estão vinculadas, das quais se destaca o projeto Associação Atlética Desportiva UNIPAMPA Livramento (AADUL), que por meio do esporte visa proporcionar bem-estar e saúde para a comunidade acadêmica e externa. Na categoria cooperação vinculam-se 13 ações, das quais se destaca a ação denominada Voluntários da UNIPAMPA na testagem de Hepatite C, em que o intuito é, por meio de parceria com instituições prestadoras de serviços, apoiar práticas que possam diminuir as causas e os efeitos de doenças.

Por outro lado, na categoria valorização da cultura e da identidade local, nove ações estão vinculadas, dentre elas se destaca o projeto, Semana Farroupilha UNIPAMPA - Piquete Tradicionalista Negro Lúcio. O projeto visa o reconhecimento da valorização da cultura gaúcha no ambiente acadêmico por meio da construção do Piquete Tradicionalista Negro Lúcio. Na categoria atores locais em diálogo e engajados vinculam-se oito ações, destas destaca-se a ação “Catadoras e catadores em movimento: fortalecendo a economia solidária em Santana do Livramento (RS)”, que visa fortalecer a Associação de Catadores Novo Horizonte, adotando os princípios da economia solidária.

As categorias conhecimento e resgate dos espaços locais, aumento da produtividade e inovação, estão vinculadas somente a quatro ações em cada. A saber, a ação que

se destaca na categoria conhecimento e resgate dos espaços locais é a ação UNIPAMPA e as organizações parceiras contribuindo para o desenvolvimento e revitalização da Vila Pampeiro do interior do município de Santana do Livramento, na qual a instituição junto com outras organizações pretende contribuir para a revitalização da Vila Pampeiro, localizada no interior do município. Na categoria aumento da produtividade, destaca-se a ação Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) do Leite em Santana do Livramento, que tem como objetivo contribuir para a estruturação e fortalecimento do APL do leite no município. Na categoria inovação, destaca-se a ação *I Concurso Binacional de Ideias Inovadoras*. Aí se previu a criação de ideias inovadoras que pudessem contribuir para o desenvolvimento.

A partir do exposto, evidencia-se a contribuição da UNIPAMPA no desenvolvimento local por meio de diversas ações de extensão. Primeiramente, contribui no âmbito da educação de qualidade e difusão do conhecimento. Por meio da aprendizagem que proporciona à comunidade, permite aos indivíduos encontrarem melhores maneiras de utilizar os conhecimentos gerais em ações que beneficiem o ambiente local. A isso se pode acrescentar que forma profissionais capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento local (DOWBOR, 2006). Também colabora para melhorar a qualidade de vida e bem-estar, pois o desenvolvimento local precisa ser pensado por meio do aumento do bem-estar do indivíduo, tanto nas dimensões psicossociais como ambientais e econômicas, acarretando a melhora da qualidade de vida da comunidade (MARTINS, 2002). Ademais, auxiliar no diálogo e na união entre os atores locais a partir da cooperação permite a troca de conhecimentos e experiências entre os atores locais e faz com que sejam criadas iniciativas capazes de contribuir para o desenvolvimento local (BARQUERO, 2000).

Ainda, a UNIPAMPA coopera para o desenvolvimento local por meio da valorização cultural e da identidade local. A cultura, além de contribuir para a interação entre a instituição e a comunidade, permite que seja conhecida a identidade do local. A partir da afeição que partilha de seu entorno é capaz de contribuir para modificações locais (KASHIMOTO, MARINHO e RUSSEFF, 2002). Pelo conhecimento e resgate dos espaços locais, permite que sejam conhecidas as suas características e especificidades para que sejam criadas iniciativas específicas para o desenvolvimento (DOWBOR, 2006).

E, finalmente, a UNIPAMPA assiste à população por meio de ações de extensão voltadas para a inovação e do aumento da produtividade, sendo papel da instituição identificar as necessidades locais e, por meio da transferência de conhecimento, auxiliar no desenvolvimento dos setores produtivos. Ademais, a importância da universidade também se revela enquanto geradora de inovações (GOEBEL; MIURA, 2004; ROLIM, 2006).

Dessa forma, é possível perceber que a UNIPAMPA tem contribuído para o desenvolvimento local por meio de distintas dimensões. Destaca-se o estudo de Nunes (2019), evidenciando que a maioria dos egressos da UNIPAMPA acabou permanecendo na região onde cursaram a graduação ou pós-graduação. Assim, o conhecimento adquirido por meio da instituição ficou retido na região. O conhecimento construído e transmitido pela UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, aos discentes e à comunidade poderá orientar ações rumo ao desenvolvimento da região. Contudo, reconhece-se que o processo de desenvolvimento é lento e gradual.

A partir do momento em que é atribuído aos atores locais – universidades, escolas, comunidade, ONGs e setores públicos – o papel de agentes transformadores de seu entorno, o processo de desenvolvimento local poderá se tornar mais efetivo. É no espaço local que os indivíduos se relacionam com aspectos com que se identificam e dos quais se apropriam, em prol do conhecimento da identidade e da orientação de ações visando à modificação do seu entorno (MARTINS, 2002; DOWBOR, 2006).

Outrossim, a UNIPAMPA também cumpre com o compromisso apresentado no seu Projeto Institucional (2009), no qual se salienta a integração com os atores locais para pensar alternativas e construir estratégias focadas para questões locais. Nele se pode perceber que nas ações de extensão realizadas via projetos desenvolvidos pela UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, nos últimos cinco anos, a instituição integrou-se com diversos atores locais como, por exemplo, comunidades rurais e urbanas, lideranças locais, órgãos públicos, associações, escolas públicas e arranjos produtivos locais.

Considerações finais

Os debates acerca da noção de desenvolvimento local surgiram com o advento da globalização a partir da preocupação dos atores com os desafios que esse processo traria para a localidade. Dessa forma, entre os meios de se chegar ao desenvolvimento local tem-se a educação. Este permite o compartilhamento de conhecimentos e é capaz de contribuir para o resgate dos espaços locais, além de proporcionar a formação de pessoas que podem vir a contribuir para o processo de desenvolvimento.

Neste sentido, a Universidade Federal do Pampa, atualmente com 11 anos, enquanto instituição de ensino superior público vem contribuindo para a capacitação e difusão do conhecimento com a comunidade acadêmica. Além de se integrar com a comunidade externa e com os demais atores locais por meio das ações de extensão. Dentro disso, percebe-se que a UNIPAMPA, do Campus de Santana do Livramento, vem desempenhando papel significativo no que diz

respeito à aproximação com a comunidade local, por meio dos seus projetos de extensão. Entre o período de 2014 a 2018, a instituição registrou no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE) 116 projetos de extensão. Eles dividem-se entre projetos, cursos, eventos e programas. Do total, foram realizados 66 projetos, oito cursos, 39 eventos e três programas durante o período considerado no estudo.

As ações de extensão desenvolvidas pela instituição têm contribuído para o desenvolvimento local a partir da educação de qualidade e difusão de conhecimento, melhora das condições de vida e bem-estar, cooperação, valorização da cultura e da identidade, união e diálogo com os atores, conhecimento e resgate dos espaços locais, aumento da produtividade e inovação. Estes aspectos são considerados pela literatura como essenciais para o processo de desenvolvimento local.

Dessa forma, as ações de extensão contribuem para o desenvolvimento de Santana do Livramento, por meio do conhecimento que proporcionam a comunidade santanense permitindo que esta desenvolva suas próprias estratégias rumo ao desenvolvimento, e a partir da integração da UNIPAMPA com diversos atores locais que já atuam em prol do município.

Ademais, a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que contribuiu para a democratização de acesso ao ensino superior, novas universidades federais foram criadas em pequenas e médias cidades com baixo índice de desenvolvimento. Estas instituições passaram a exercer papel importante na retomada do desenvolvimento das regiões onde estavam, como no caso da UNIPAMPA, em Santana do Livramento.

Por fim, espera-se que novos estudos sejam realizados sobre a temática, ampliando as discussões e atualizando as informações com o passar do tempo, pois é importante para o ambiente acadêmico e para a comunidade compreender como a instituição educacional contribui no desenvolvimento da localidade onde se encontra.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 17-22, 2006.

ALONSO, José Antonio Fialho. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, vol. 31, n. 3, p. 97-118, 2003.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 261-286, 2001.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões FSMA**, Macaé, vol. 1, n. 4, p. 1-11, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo endógeno y globalización. **Revista Eure**, Santiago de Chile, vol. 26, n. 79, p. 47-65, 2000.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desarrollo endógeno: teorías y políticas de desarrollo territorial** (= Investigaciones Regionales, 11). Madrid: Asociación Española de Ciencia Regional, 2007.

BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 16, n. 2, p. 131-150, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico** (= Texto para Discussão, 157). São Paulo: EESP/FGV, 2008.

Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricode desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia**, Florianópolis, vol. 4, n. especial 4, p. 23-47, 2007.

DAILY, Herman. **Beyond growth: the economics of sustainable development**. Boston: Beacon Press, 1996. 253p.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**, 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

DOWBOR, Ladislau. “Educação e desenvolvimento local”. In: MAFRA, J.; ROMÃO, J. E.; SCOCUGLIA, A. C.; GADOTTI, M. (Org.) **Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido**. São Paulo: Ed. Liv. Instituto Paulo Freire: Ed. Esfera, p. 22-36, 2009.

FLECK, Carolina Freddo. **A universidade no desenvolvimento do mercado de trabalho: um estudo de caso em Santana do Livramento**. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971. 457p.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA, Márcio Nakayama. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, Toledo, vol. 3, n. 1, p. 35-47, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JUNIOR, Antonio de Oliveira. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia**, Uberlândia, vol. 24, n. especial 1, p. 1-12, 2014.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, vol. 3, n. 4, p. 35-42, 2002.

LATOCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2009.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MACHADO, João Guilherme Rocha. PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 17, n. 1, p. 53-84, 2008.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. **Revista de Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 53-86, 2000.

MANÉIA, Arismar. A responsabilidade ambiental da universidade na formação humana. **Revista Eletrônica em Gestão Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, vol. 20, n. 1, p. 274-282, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, vol. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MENDES, Jeferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, vol. 7, n. 2, 2009.

NUNES, Ana Alzira Mendez. **Universidade e desenvolvimento: o transbordamento de conhecimento como indutor da mudança institucional**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração/UNIPAMPA, Santana do Livramento/RS, 2019.

OLIVEIRA, Júlio Cesar de. Evolução do índice de desenvolvimento humano do Brasil e dos países da América Latina e do Caribe, 1975/2004. **Análise**, Porto Alegre, vol. 17, n. 1, p. 27-46, 2006.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

PI. **Projeto Institucional**. Santana do Livramento: UNIPAMPA, 2009.

Disponível em:

https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

PROENÇA, Carlos Sangreman. **A evolução do conceito de desenvolvimento**. Aveiro: UNAVE, 2016.

REUNI-Reestruturação e expansão das universidades federais. **Diretrizes Gerais**, ago. 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ROLIM, Cássio. **Índice de inserção regional das Instituições de Ensino Superior**. 2006. Disponível em: <http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/98.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SANTANA, Wesley Gusmão Piau; SANTANA, Emilson Gusmão Piau; GOMES, Almiralva, Ferraz Gomes. **Desenvolvimento territorial: uma nova perspectiva para formulação de políticas públicas na Bahia**. In: III Encontro de Administração Pública e Governança, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG468>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Josielle Soares da Silva; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do REUNI: a implementação do programa na UFRN. **HOLOS**, v. 30, n. 6, p. 206-224, 2014.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, vol. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.

Data de submissão: 09/04/2020

Data de aprovação: 25/07/2021

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Aline Correa de Los Santos

Bacharela em Ciências Econômicas

Rua dos Andradas, 660 – Centro

97573-001 Santana do Livramento/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8391-6716>

E-mail: alinecorreals@hotmail.com

Alessandra Troian

Programa de Pós-Graduação em Administração / Universidade Federal do Pampa

Rua Barão do Triunfo, 1048

97573-634 Santana do Livramento/RS, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8207-6436>

E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br

Alexandre Troian

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel / Universidade Federal de Pelotas

Avenida Eliseu Maciel, s/n – Campus Universitário

96010-610 Capão do Leão/RS, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2895-2543>

E-mail: xtroian@gmail.com